



RQS
01843/2021

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado das Comunicações, Senhor Fábio Faria, informações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Ministério para defender a privatização dos Correios. Mais especificamente, questiona-se:

- Quais são as peças incluídas nesta campanha de publicidade? Quais suas premissas e qual o seu objetivo?
- Qual foi o custo total desta campanha publicitária, incluindo valores destinados à eventual contratação de agência publicitária, aluguel de espaços de divulgação (*outdoors*, painéis, etc) e gastos com impulsionamento em redes sociais e na internet?
- Qual o alcance geográfico desta campanha publicitária? Em que unidades da federação foram colocadas peças de campanha no mobiliário urbano de publicidade?
- Qual será a duração desta campanha?

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias, testemunhou-se o lançamento de uma intensa campanha de publicidade por parte do governo para defender a privatização dos Correios (PL 591/2021). Não surpreende – e é legítimo – que o governo atue para defender uma de suas prioridades políticas. O que se afigura, em absoluto, inadequado é o gasto de recursos públicos em campanha publicitária destinada a pressionar parlamentares a votar em um sentido ou outro.



SF/21785.58133-22

Os limites da publicidade oficial estão claramente delineados pela Constituição Federal. De acordo com o art. 37, §1º, a “publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social”.

É evidente que campanha defendendo a privatização de empresa estatal não atende a este requisito. Não se pretende educar o público sobre o papel desempenhado pelos Correios ou sobre a sua história. Tampouco as peças informam ou orientam o público, já que tratam, inclusive, de proposta que não foi sequer adotada pelo governo, já que ainda está sendo apreciada pelo Congresso Nacional.

Nota-se, também, que o objetivo da campanha publicitária é pressionar parlamentares a apoiar a proposta enviada pelo governo para o Presidente da República. Afinal, as peças de publicidade se concentram, de acordo com notícias da imprensa, no mobiliário urbano (*outdoors*, painéis de rua, pontos de ônibus) de Brasília, por onde circulam estes parlamentares.

Não é a primeira vez que um governo decide, de modo irresponsável, gastar recursos públicos para divulgar suas propostas políticas e pressionar parlamentares a apoiá-las. Isso já havia acontecido com relação às propostas de reforma da Previdência e do Pacote Anticrime, tratando-se de preocupante tendência que ameaça a probidade administrativa e leva ao desperdício de recursos em momento de significativa crise fiscal.

Por estes motivos, conto com a colaboração dos Eminentíssimos Pares para aprovação deste requerimento.

Sala de Sessões, 6 de agosto de 2021.

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE - ES)